

ACTA Nº 4

Acta da Sessão Ordinária do dia 28 de Abril de 2006

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniram a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Joaquim Plácido, Licínio Ramos, Manuel Bogalho, Maria Dulcília Sereno, Mário Tarenta, Mário Pedrosa da Silva, Óscar Francisco e Tony Almeida. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido foi substituído pelo senhor Paulo Alexandre Santos; o senhor deputado Licínio Ramos foi substituído pelo senhor Manuel Reverendo; o senhor deputado Manuel Bogalho foi substituído pelo senhor Manuel Nogueira; a senhora deputada Dulcília Sereno foi substituída pela senhora Rosa Martins; o senhor deputado Mário Tarenta foi substituído pelo senhor Bruno Julião, que tomou posse; o senhor deputado Óscar Francisco foi substituído pela senhora Sílvia Santos, que tomou posse. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes os senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Vítor Santos, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- De seguida foi lida a acta da Sessão anterior e colocada à discussão. -----

----- Após propostas de correcção dos senhores deputados Luísa Costa, Dina Ribeiro e Silvério Regalado, a acta foi aprovada com duas abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos referindo-se aos arranjos da zona junto ao rio, considerou que era um crime o estado de abandono em que se encontrava aquela zona, mas congratulou-se com o empenho que o executivo tem desenvolvido para a recuperação e requalificação desses terrenos, questionando se houve estudos de impacte ambiental nos trabalhos de requalificação, uma vez que são zonas com grande sensibilidade ecológica. Manifestou ainda desejo de ser informada sobre o ponto da situação do imposto sobre património imobiliário e sobre as razões de ainda não estar a funcionar o novo Centro de Saúde, bem como o destino das antigas instalações. -----

----- O senhor deputado Bruno Julião aproveitou a oportunidade para elogiar o executivo por apostar em eventos culturais, decorrentes da semana cultural, considerando que se trata de uma área importante para o Concelho. Chamou a atenção para o estado degradante do estradão de Santo António, questionando se estava previsto alguma intervenção a curto ou médio prazo nessa estrada. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado referiu a importância da semana cultural que se aproxima, e solicitou a presença de todos nesta semana, para que esta seja um grande sucesso. Chamou a atenção para a necessidade do

empenho de todos para o projecto SICAVIM, para que este represente no futuro uma mais valia para Concelho. Colocou ainda uma questão acerca do ponto de situação do PDM. De seguida, demonstrou o seu contentamento acerca da aprovação em reunião de Câmara do Conselho Municipal da Juventude, mencionando a importância deste acto para a população jovem de Vagos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro apresentou dois requerimentos, o primeiro dizia respeito aos documentos que solicitou na última sessão da Assembleia Municipal, e que nunca chegou a receber, acerca da eventual incompatibilidade de dois elementos desse órgão para integrar o Gabinete de Apoio ao senhor Presidente. O segundo requerimento é relativo ao estado em que se encontra a área florestal entre Vagos e a Gafanha da Boa-Hora, e vai no sentido da Câmara Municipal, sensibilizar as entidades competentes para fazer algo em relação a esta área. Questionou ainda o executivo sobre a aceitação, no estado em que se encontra, da estrada que liga Boco a Bustos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa garantiu que iriam ser entregues os documentos em falta, e após ler os dois requerimentos propostos pelo grupo parlamentar do CDS/PP colocou-os à votação. O primeiro requerimento, que dizia respeito à solicitação dos documentos, foi aprovado por unanimidade, enquanto o segundo documento foi aprovado com uma abstenção. -----

----- A senhora deputada Maria Helena Marques demonstrou o seu desagrado com o que se passa na sua freguesia, queixando-se da falta de pessoal de limpeza, solicitando um funcionário para que essas limpezas sejam efectuadas. ----

----- O senhor Presidente da Câmara referindo-se aos arranjos na Quinta do Egas, esclareceu que a primeira fase foi uma operação de limpeza e preparação para o Campeonato de Corta Mato, estando neste momento em elaboração um projecto para aquela área, que após elaboração será apreciado pelas entidades, julgando pelas características da zona não ser necessário um estudo de impacto ambiental. Relativamente à avaliação do património imobiliário, informou que a Câmara Municipal solicitou e apresentou uma proposta de revisão, quer dos zonamentos, quer dos coeficientes de localização, para habitação, comércio e indústria. Acerca do Centro de Saúde, o senhor Presidente afirmou que pelas informações que lhe foram dadas, a abertura está prevista para Junho de 2006, faltando apenas resolver alguns problemas quer de equipamentos quer de pessoal. Quanto ao edifício antigo, estão a ser estudadas algumas opções que poderão ser implementadas, realçando que a ideia do executivo é recuperar e revitalizar o edifício. Seguidamente esclareceu que a intervenção no estradão da Lomba não estava prevista, pois é da competência e gestão da Direcção Geral dos Recursos Florestais, mas que a Câmara, devido ao mau estado evidente, assumiu a reparação das zonas mais críticas do troço. Em relação ao PDM, informou que foi solicitada uma reunião da CTA (Comissão Técnica de Acompanhamento) em Maio, para aprovação e parecer final do plano, indo posteriormente para inquérito público. Referiu ainda que irá brevemente uma equipa para tratar dos espaços verdes da freguesia de Fonte Angeão, equipa essa que irá ser coordenada pela Junta de Freguesia. Quanto à estrada que liga o Boco a Bustos, afirmou que acredita que tenha havido uma aceitação provisória da recepção da obra, com os pareceres técnicos favoráveis. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----**PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, em representação do grupo parlamentar do PS, leu um requerimento que referia a ilegalidade da informação prestada pelo senhor Presidente aos deputados. De acordo com o requerimento, a informação prestada na anterior sessão violava a lei, pelo que solicitava a suspensão da Assembleia Municipal para que os grupos parlamentares tivessem tempo para analisar os documentos. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado demonstrou total desacordo com a suspensão dos trabalhos da Assembleia, pois assim não seriam cumpridos os prazos para a discussão do orçamento, afirmando que o sentido de voto do grupo municipal do PSD iria contra a aprovação deste mesmo requerimento. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, em nome do grupo municipal do PS, apresentou a proposta que consistia em passar este ponto da Ordem do Dia para o fim da Sessão, ficando assim salvaguardada a discussão do orçamento. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro mostrou indignação pela falta da documentação, considerando lamentável ter de recorrer a figura de requerimento para obter essa informação, pois já o tinha feito anteriormente. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado solicitou à mesa um intervalo de cinco minutos para que os porta-vozes dos grupos parlamentares e o Presidente da Assembleia reúnam e discutam a questão. A proposta foi aceite por unanimidade. -----

----- Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa informou que a reunião não havia sido elucidativa e não tinha dado origem a um entendimento por parte dos grupos municipais. Logo, iria colocar à votação o requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PS. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos demonstrou desagrado pelo desprezo demonstrado para com os grupos municipais de oposição, e considerou deselegante e de mau gosto a forma como são tratados, no que diz respeito à falta de documentação para as discussões. -----

----- Realizada a votação, o requerimento foi chumbado com seis votos a favor, vinte e um votos contra e uma abstenção. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre vinte e quatro de Dezembro de dois mil e seis e vinte e oito de Abril de dois mil e seis. -----

----- Deu ainda a conhecer a informação financeira à data de vinte e oito de Abril de dois mil e seis. -----

----- **PONTO DOIS – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL PARA O ANO DE DOIS MIL E SEIS** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara deu a conhecer as orientações mestras que estiveram por base na elaboração do Orçamento, frisando a tentativa em conter a disparidade que havia entre a execução financeira e a execução física. Foi assim opção do executivo, atendendo às dificuldades em saber o futuro do próximo Quadro Comunitário da Apoio (QCA) e as obras que irão ser alvo de financiamento, preparar as contas da Câmara para esse QCA, para assim poder aproveitar as candidaturas. Foi referido que as duas áreas mais sensíveis do Orçamento são a Educação e as infra estruturas básicas, nomeadamente saneamento básico, sendo muito difícil apostar concretamente numa ou noutra, pois ainda não se sabe o que vai ser o QCA. Logo, entendeu-se prioritário apostar desde já nos centros educativos, estando para isso já previstos no orçamento projectos para o seu desenvolvimento. Os objectivos

do Orçamento passam por cumprir a lei das finanças locais, no que respeita aos serviços, tentando diminuir prejuízos e aproximar as cobranças com os gastos realizados. Afirmou que não irá ser possível cumprir já este ano a referida Lei no que diz respeito ao saneamento e aos resíduos sólidos urbanos, pois os seus custos são demasiado elevados, estando desde já previstas algumas medidas para fazer diminuir esses custos. Anunciou de seguida que haverá uma alteração profunda aos regulamentos de taxas, tarifários e emolumentos, estando estes completamente desajustados da realidade. Frisou ainda a importância da aprovação rápida do PDM, pois grande parte dos futuros financiamentos dependem da sua aprovação. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos aconselhou o executivo a aderir ao projecto Simplex, pois irá facilitar a vida aos munícipes. Congratulou-se com as prioridades assumidas neste Orçamento, mas considerou insuficiente a definição das políticas e a pouca ambição demonstrada. Sobre a recolha dos resíduos sólidos urbanos, solicitou o estudo de adjudicação dos serviços a uma entidade externa. Considerou correcto o diagnóstico presente no Orçamento, mas constatou depois a não existência de acções por parte da Câmara consistentes com esse diagnóstico, dando o exemplo de apenas estarem disponíveis para o turismo cerca de quarenta mil euros. Considerou que as candidaturas ao QCA não deveriam ter qualquer impacto no orçamento deste ano, pois só entrará em vigor mais tarde. Questionou o executivo sobre que justificação existe para que a aquisição de serviços aumente cerca de quarenta por cento, num ano que se diz de contenção. -----

-----O senhor Vice-Presidente considerou que o processo da SIMRIA é um dos mais incríveis e inacreditáveis, que já aconteceram no Concelho de Vagos. Esclareceu que os valores que se encontram no Orçamento, no que diz respeito à venda de terrenos, vão ser reais e deu exemplo da venda de lotes na Zona Industrial de Vagos e dos terrenos onde se encontram os armazéns da Câmara Municipal. Garantiu que não há rubrica nenhuma que tenha contas para “maquilhar” o orçamento, todas as que estão são reais e financeiramente consistentes. -----

----- O senhor Presidente da Câmara estranhou o modo como se criticou a possibilidade de promover projectos que não tiveram execução durante o ano de dois mil e seis, utilizando-se o mesmo critério para dizer que não estão inscritos suficientes projectos por área, para que se defina uma aposta clara nessas mesmas áreas. Fortaleceu a ideia que pela primeira vez um executivo decidiu colocar no Plano de Actividades e Orçamento apenas o que iria ter execução física e execução financeira durante este ano, e deu como exemplo os armazéns da Câmara, que não se encontram neste plano, pois durante o ano de dois mil e seis não iriam ter execução física e financeira. Relativamente ao conselho da senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, em aderir ao Simplex, lembrou que a única referência que tem deste projecto é que não se enquadra nas autarquias, pois viola uma série de leis em vigor e não as revoga. Esclareceu que a Câmara não encomendou o estudo de resíduos sólidos urbanos a nenhuma empresa externa, já que foi elaborado pelos serviços internos. Em relação à alienação dos terrenos prevista no Orçamento, afirmou que é para executar, assim o mercado aceite e mencionou alguns exemplos que provam a veracidade dos números presentes no plano. Mostrou indignação em relação ao artigo dezassete da Lei do Orçamento de Estado, considerando ser a mais grave intromissão de um Governo, violando a lei das finanças locais e a Constituição da República, no que respeita à gestão autárquica. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou que o documento é fundamental para o desenvolvimento do concelho de Vagos, e que tem por um lado um aspecto realista, no que diz respeito à real importância do próximo QCA, referência estratégica nacional, e do PDM, pois são fontes de financiamento bastante importantes para o desenvolvimento de um plano plurianual, e por outro lado um aspecto ambicioso. Congratulou o executivo pela forte aposta na educação e nas infra-estruturas básicas, considerando que, conjuntamente com a aprovação do PDM, iriam ser pontos fundamentais no desenvolvimento do Concelho de Vagos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, em primeiro lugar, revelou-se já um pouco cansada de ouvir falar do PDM, e lembrou as afirmações que ouviu do senhor Presidente na sessão de Setembro de dois mil e cinco, quando este disse que o PDM estava aprovado, estando a terminar o mês de Abril e o PDM sem aprovação em lado nenhum. Chamou a atenção para a disponibilização das actas das Assembleias no site da Câmara. Relativamente ao Plano Plurianual, questionou o executivo sobre duas obras, o posto médico de Santo André e a marginal a nascente da Vila. Posteriormente interrogou o executivo acerca do abastecimento de água e se este chega de facto a todos os municípios de Vagos. Questionou também o executivo sobre a limpeza das valetas e se as despesas inerentes iriam estar no orçamento da Câmara ou das freguesias. Considerou que a rede viária é a grande privilegiada deste plano e não a educação, salientando que os parentes pobres deste mesmo plano seriam a saúde e a cultura. Para finalizar, a senhora deputada afirmou que o grupo municipal do CDS-PP iria abster-se na votação do Plano. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, relativamente ao PDM, esclareceu que foi no seu mandato que se fizeram todas as desactivações das reservas ecológicas e agrícolas dos perímetros urbanos, afirmando que espera a sua conclusão para breve. Em relação à circular a nascente da Vila de Vagos, afirmou que esta não se encontra definida no Plano, pois a Câmara Municipal, sozinha, não tem capacidade financeira para a executar, não havendo fundos comunitários para a sua realização. Quanto ao posto médico de Santo André, é um problema que vai ser resolvido com o senhor Secretário de Estado da saúde. Assegurou de seguida que qualquer município que solicitar a ligação à rede de abastecimento de água terá uma resposta afirmativa ao seu pedido. As despesas inerentes à limpeza das valetas encontram-se no orçamento da Câmara Municipal. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Plano e o Orçamento à votação. -----

----- Realizada a votação, o Orçamento e Plano Plurianual foram aprovados com vinte e dois votos a favor e seis abstenções. -----

----- **PONTO TRÊS – DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DOIS MIL E CINCO** -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro solicitou à Mesa que pusesse à votação a possibilidade de dar por encerrada a sessão, pois já durava há muito e ainda havia diversos assuntos importantes para debater. -----

----- Realizada a votação a esta solicitação, deliberou-se a continuidade da sessão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara declarou que a prestação de contas de dois mil e cinco reflecte o rigor dos números. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos considerou que a execução do orçamento de dois mil e cinco ficou aquém do previsto, e que apenas as previsões das transferências da administração central se confirmaram. Constatou a

mentira da venda de bens de investimento, onde a câmara só realizou cerca de um e meio por cento do orçamentado, afirmando ser este o motivo pelo qual a discussão dos planos plurianuais e orçamentos em Vagos não é seria. Na despesa considera haver dois dados preocupantes e negativos: os custos com o pessoal, que vão para além do que está no orçamento, e o investimento, que não chega a vinte e oito por cento do previsto. Mostrou também preocupação relativamente à queda da receita no ano de dois mil e cinco, depois de igual tendência no ano anterior, considerando que o que atenuou a má execução do ano passado foi o facto de ter havido um aumento de fundos do orçamento de estado e comunitários. Solicitou esclarecimento em alguns pontos, entre os quais a falta de investimento no turismo, cultura e desporto, a justificação para que o ano de dois mil e cinco se tenha iniciado com endividamento a exceder o respectivo limite e a listagem dos carros que foram adquiridos em leasing no ano em causa. Por fim, mostrou-se surpreendida com o valor apresentado no item “trabalhos para a própria entidade”. -----

----- O senhor deputado Manuel Pereira apresentou a posição do grupo municipal do PP, afirmando que é significativa a diferença apresentada relativamente às receitas concretizadas e previstas. Constatou que o imposto sobre imóveis é o mais valioso para o município, e referiu que em alguns casos a arrecadação de impostos ultrapassa o previsto, enquanto que a entrada de verbas do FEDER ficou aquém do previsto. Afirmou que o município não consegue cativar a entrada de verbas e que não existe grande esperança de um desenvolvimento futuro para o concelho de Vagos. A finalizar, assegurou a abstenção do grupo municipal do PP na votação do documento. -----

----- O senhor Vice-Presidente, em resposta às questões, afirmou que após ouvir os argumentos da oposição face à execução do orçamento de dois mil e cinco, estava ainda mais contente pelo orçamento que existe em dois mil e seis. Relativamente às preocupações apresentados pelo facto de a Câmara Municipal ter alugado viaturas, realçou que o próprio Governo também tomou a decisão de alugar viaturas e não de as adquirir. Aproveitou para confirmar que a execução do orçamento no ano anterior foi de vinte e oito por cento, e que o objectivo para o próximo ano será atingir os quarenta por cento, ficando acima da média nacional. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou o documento à votação, tendo sido aprovado com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções. -----

----- **PONTO QUATRO – PROJECTO-LEI Nº 38 – ELEVAÇÃO DE SOZA À CATEGORIA DE VILA** -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado demonstrou uma satisfação enorme pelo facto de ver o restabelecimento do título de Vila para a terra de Soza, não deixando de salientar que este projecto-lei que irá ser apresentado na Assembleia da República é diferente do projecto de Ponte de Vagos, Gafanha da Boa Hora e Calvão. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa congratulou-se com este projecto-lei, concordando com as razões de natureza históricas, culturais e económicas, mas frisou que em relação a estas últimas outras povoações de Vagos possuem uma actividade económica mais intensa que Soza, nomeadamente Ponte de Vagos e Calvão. -----

----- O senhor deputado e Presidente de Junta de Freguesia de Soza, João Carlos Loureiro, agradeceu o empenhamento neste processo do senhor presidente da Câmara, dos senhores deputados Luís Marques Mendes, José Manuel Ribeiro, Regina Bastos, Hermínio Loureiro, Jorge Tadeu e Luís Montenegro. Agradeceu também ao Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, pela celeridade que ofereceu ao processo. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos declarou o apoio e empenho do grupo municipal do PS em relação à aprovação deste projecto-lei. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou o projecto-lei à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e aclamação. -----

----- PONTO CINCO – INDICAÇÃO DE UM ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL CONCELHIA-----

----- O senhor deputado Silvério Regalado apresentou em nome do grupo municipal do PSD o senhor deputado Evangelista dos Santos Gadelho. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta do grupo municipal do PSD, tendo sido aprovada com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções. -----

----- PONTO SEIS – MARCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA APROVAÇÃO DO PLANO PORMENOR DE S. SEBASTIÃO-----

----- O senhor presidente da Câmara informou que o Plano Pormenor de S. Sebastião obteve parecer final pela CCDR/C em Abril, e solicitou a marcação o mais urgente possível de uma sessão da Assembleia para sua aprovação. -

----- O senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia que a sessão extraordinária acontecerá dia dezanove de Maio pelas dezoito horas. -----

----- E, constatando que não havia público para intervir, passou de imediato a leitura da minuta. -----

-----De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

-----O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----